



TERAPIA GÊNICA

STF nega aumento de idade para o Elevidys

Corte segue recomendação da Anvisa: medicamento serve a crianças de 4 a 7 anos. Família requereu tratamento para menino de 10

» VANILSON OLIVEIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou a liberação para que o Elevidys seja ministrado no menino Arthur Alves Firmino dos Santos, de 10 anos, conforme solicitação da família. A Corte seguiu a determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), segundo a qual o medicamento está aprovado no Brasil apenas para crianças de quatro a sete anos, conforme estudos submetidos à autarquia pelo fabricante — a Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos.

Com a decisão, a mãe de Arthur, Geysel Alves Firmino dos Santos, tentará arrecadar cerca de R\$ 300 mil para que ele possa participar de um estudo clínico na Europa. A família do menino argumentava ao STF que a Food and Drug Administration (FDA) — agência norte-americana equivalente à Anvisa — permite a aplicação do Elevidys em crianças acima de sete anos, desde que dentro de estudos clínicos.

Segundo Geysel, várias famílias que conseguiram tratar seus filhos no exterior e obtiveram bons resultados. “Se demorar muito, pode ser tarde demais. Ainda há tempo para meu filho reagir ao tratamento, mas cada dia perdido faz diferença”, lamentou.

O processo tramitava em segredo de Justiça e tinha a ministra Cármen Lúcia, do STF, como relatora. A ação para a liberação judicial do medicamento começou em Goiânia, em 2024, mas foi negada sob a justificativa de falta de comprovação científica da eficácia do

Arquivo pessoal



Arthur está acima da idade, estabelecida pela Anvisa, para a aplicação do medicamento

Matheus Brasil/MS



Fabricante define a faixa de 4 a 7 anos para que o Elevidys seja ministrado no Brasil



O hospital cobre as despesas do Arthur, mas preciso ter um lugar para ficar com ele. O mínimo que preciso arrecadar para, chegarmos lá e alugarmos um pequeno apartamento, é R\$ 300 mil

Geysel Firmino, mãe de Arthur, que abriu campanha de arrecadação na internet para que o filho possa se submeter a um tratamento experimental na Europa

Elevidys para crianças acima dos sete anos. A defesa recorreu ao STF, alegando que Arthur possui mutações genéticas compatíveis com o medicamento e que há casos bem-sucedidos de crianças tratadas nos Estados Unidos.

Segundo a Anvisa, “não foram apresentados dados científicos que comprovem a eficácia do medicamento em pacientes acima dessa faixa etária”. O **Correio** entrou em contato com a Roche questionando o motivo pelo qual os estudos clínicos consideraram para o Brasil apenas a faixa entre quatro e sete anos — mas não

obteve resposta até o fechamento desta edição.

O Elevidys é administrado em dose única e tem um custo de R\$ 17 milhões, uma vez que é novo e de altíssima tecnologia. É capaz de interromper o avanço da Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), doença genética rara e degenerativa, que paralisa os músculos e leva à morte.

Europa

A esperança de Arthur, agora, está em um experimento na Europa. Geysel tem se inscrito em

pesquisas que estudam a evolução da doença e os efeitos do medicamento. Ela passou por um processo de recrutamento e pode ser convocada, a qualquer momento, para que o tratamento do filho comece na Bélgica ou na Espanha.

“O hospital cobre as despesas do Arthur, mas preciso ter um lugar para ficar com ele. O mínimo que preciso arrecadar para, chegarmos lá e alugarmos um pequeno apartamento, é R\$ 300 mil”, explicou. Por isso, Geysel criou uma campanha de arrecadação on-line no site campanhadobem.com/salvearthurfirmino.

JUSTIÇA

PL contra retenção de passaporte

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), protocolou ontem um projeto de lei que busca barrar a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão a congressistas. O texto foi apresentado após deputados petistas pedirem a apreensão do passaporte do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por “crimes

contra a soberania nacional”.

Na proposta, Sóstenes estabelece que medidas cautelares diferentes da prisão — como apreensão do passaporte, proibição de se comunicar com investigados de determinado processo e uso de tornozeleira eletrônica — seriam impostas apenas se a maioria da Câmara ou

do Senado — a depender da Casa para a qual o alvo da Justiça foi eleito — aprovasse os despachos judiciais em até 24 horas.

Sem citar o nome de Eduardo, Sóstenes afirmou na justificativa do projeto que a “liberdade de locomoção” é um “direito inerente à atividade parlamentar”. “O presente projeto de lei visa reforçar

a proteção das prerrogativas parlamentares. São direitos fundamentais assegurados pela Constituição e não podem ser restringidos sem o devido processo legal e sem condenação definitiva”, afirmou Sóstenes.

O líder do PL afirmou que a possibilidade de apreensão do passaporte do filho de Bolsonaro não foi o único motivo para o início da tramitação do projeto, mas uma gota d’água daquilo

que classificou como “chegada ao cúmulo do absurdo”. Sóstenes citou, ainda, o caso do deputado Zé Trovão (PL-SC), que no início de 2023 teve de usar tornozeleira eletrônica por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao ser investigado no inquérito dos atos antidemocráticos.

No sábado passado, Moraes pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR)

se manifestasse sobre pedido de parlamentares do PT para que Eduardo tenha o passaporte apreendido e seja investigado criminalmente por articular reações ao STF com políticos americanos. Os petistas alegam que desde a posse do presidente Donald Trump, em janeiro, ele esteve nos Estados Unidos três vezes para, supostamente, articular com congressistas norte-americanos ataques ao STF.

CARNAVAL

PRF: 4 dias com menos acidentes

» FERNANDA STRICKLAND

Nos quatro dias de carnaval, foram registrados 1.150 acidentes — 93 a menos do que em 2024 — e seis mortes, contra 11 do ano anterior. O número de pessoas feridas ficou em 1.315, 240 a menos se comparado a 2024. Os dados formam o saldo da Operação Carnaval 2025, divulgados ontem pela Polícia Rodoviária Federal.

A PRF monitorou 150 pontos considerados críticos, em todo o país, em mais de 75 mil quilômetros de rodovias federais. Cerca de três mil policiais rodoviários atuaram diariamente na fiscalização, no combate ao crime e em ações educativas para a conscientização dos motoristas. O reforço na operação foi concentrado, principalmente, em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina — estados que, historicamente, lideram o ranking de mortes nas estradas ao longo do carnaval.

Apesar da redução nos acidentes e vítimas, no caso de embriaguez ao volante os números foram no sentido inverso. A PRF autuou aproximadamente 2,7 mil motoristas por dirigirem sob efeito de álcool — 656 casos a mais na comparação com o ano passado. Desses, 128 foram detidos, 12 a menos que em 2024.

“A fiscalização é fundamental, mas é preciso que os motoristas tenham consciência sobre os riscos da combinação de álcool e direção”, alertou o diretor da PRF, Fernando Oliveira.

No carnaval, quase 7 mil motoristas foram flagrados sem cinto de segurança e cerca de 1,1 mil crianças estavam sendo transportadas sem a cadeirinha obrigatória. Além disso, em torno de 7,7 mil ultrapassagens indevidas foram registradas, aumentando os riscos de colisões frontais. “Esse tipo de comportamento imprudente preocupa muito e pode comprometer a

segurança de todos nas rodovias”, enfatizou Oliveira.

Tráfego

Além disso, a PRF prendeu 747 pessoas e apreendeu mais de oito toneladas de maconha e 160 kg de cocaína. Também foram retiradas de circulação 14 armas de fogo e 900 munições. As ações fazem parte da estratégia da corporação para coibir o tráfico de drogas e armas, que se aproveita o intenso fluxo nas estradas.

“Reduzimos os acidentes e as mortes, mas o número de infrações ainda é alto. Precisamos da colaboração dos condutores para termos um trânsito mais seguro. O carnaval favorece o consumo de álcool. Mais uma vez fica evidente o quanto é necessária a mudança da conduta, pois apesar de todas as campanhas, ainda assim cometem infrações”, lamentou o diretor-geral da PRF.

Choque de barcaça derruba terminal de grãos no Pará

Reprodução/Redes sociais



O choque de uma barcaça de transporte derrubou, ontem, uma galeria aérea no Terminal de Grãos Ponta da Montanha, em Barcarena (PA). Segundo a prefeitura do município, cinco pessoas ficaram feridas e estão internadas, sem risco de morte. Outras três vítimas foram resgatadas sem ferimentos. A estrutura estava em obras em função dos danos causados por

um choque, em 25 de fevereiro, de outra barcaça, com um dos pilares de sustentação — o de ontem serviu para desestabilizar a estrutura e derrubá-la. As vítimas eram trabalhadores que estavam consertando a galeria aérea. A esteira passa sobre a Baía do Capim e leva os grãos do terminal — que é particular — para os navios que os transportam.